

**13. PROPOSTA DE PROCEDIMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº
CPI/1/17/DACPGP – LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO
MERCADO MUNICIPAL TEMPORÁRIO:**

Da **DACPGP** submetendo à consideração do Executivo o procedimento de CONCURSO PÚBLICO – CPI/1/17/DACPGP - locação de equipamentos destinados ao mercado municipal temporário, e posterior envio ao órgão deliberativo (Assembleia Municipal), para autorização prévia, nos termos do artº. 22º, nº. 1 do DL nº. 197/99, de 8 de junho.

Parecer

*nos termos do disposto no art. 22.º n.º 1
do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a abertura
do procedimento não pode ser efetuada
sem prévia autorização da Assembleia
Municipal.*

(Domingos Lopes)

2017/09/20

Despacho

O Presidente da Câmara,

(Ricardo Rio)

2017/___/___

1. Informação

Data

20.09.2017

2. Dados Procedimento

	N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
	CPI/1/17/DACPGP	1.084.080,00 €	365 dias
Objeto	Locação de equipamentos destinados ao Mercado Municipal Temporário		
CPV	39300000-5 Equipamento diverso		

3. Propostas de aprovação

- 3.1 Da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP.
- 3.2 Da escolha do procedimento de concurso público com publicidade internacional, nos termos do artigo 38.º do CCP.
- 3.3 Do caderno de encargos e do programa de concurso, em anexo, nos termos do artigo 40.º, n.º 2, do CCP;
- 3.4 Da designação do júri (67.º/1).
- 3.5 Da delegação no júri, nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças procedimentais, para a decisão sobre:
 - 3.5.1 Manter a suspensão do prazo para apresentação de propostas por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, caso haja apresentação de lista de erros e omissões, nos termos do n.º 4 do artigo 61.º do CCP;
 - 3.5.2. A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, nos termos do artigo 64.º do CCP;

3.5.3. A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.

4. Projeção da Despesa (c/IVA)

O contrato terá a duração de 1 (um) ano, com a seguinte projeção de encargos:

Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Seg.s	TOTAL
-	1.333.418,40 €	-	-	-	1.333.418,40 €

5. Lei do Orçamento de Estado 2017

A Lei do OE/2017 não é aplicável a contratos de locação/aluguer, tendo em conta o disposto nas FAQ's da DGAEP de 2012, onde era explicitado o seguinte: "o tipo de contrato administrativo em que se consubstancia a aquisição de serviços não se confunde com empreitadas de obras públicas, aquisição de bens, concessões, locação de bens ou parcerias público-privadas."

6. Escolha do procedimento (20.º/1/b))

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Valor	Nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do CCP, a escolha do procedimento por concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia permite a celebração de contratos de qualquer valor	O valor estimado da despesa a efetuar não será superior a 1.084.080,00 €, IVA excluído.

7. Peças do procedimento (40.º/1/b))

a. Programa de Concurso (41.º e 132.º)

b. Caderno de Encargos (42.º a 49.º)

8. Júri do Procedimento

Função	Nome	Carreira/Cargo
Presidente	Nuno Azevedo	Chefe de Divisão
Membros efetivos	Gaspar Silva	Diretor de Departamento
	Paula Pereira	Técnica Superior
Membros suplentes	Domingos Lopes	Chefe de Divisão
	Ana Maria Martins	Técnica Superior

9. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor a partir de 748.196,85 € com locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas.

A Câmara Municipal é competente para aprovar projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação relativamente a empreitadas de obras públicas e aquisições de bens e serviços, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

10. Anexos:

1. Informação de Cabimento
2. Programa de Concurso
3. Caderno de Encargos

PROGRAMA DE CONCURSO**LOCAÇÃO DE BENS****Índice**

1. Identificação do Procedimento	2
2. Objeto do Procedimento	2
3. Entidade Adjudicante	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	2
5. Fundamentação da escolha do concurso público	2
6. Acesso às peças do procedimento	2
7. Órgão competente para prestar esclarecimentos	2
8. Preço base	2
9. Preço da proposta anormalmente baixo	2
10. Documentos que constituem a proposta	2
11. Idioma dos documentos que constituem a proposta	2
12. Propostas variantes	2
13. Prazo para apresentação das propostas	3
14. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem	3
15. Prazo de manutenção das propostas	3
16. Critério de adjudicação	3
17. Consultores e estudos de apoio à decisão	4
18. Modalidade jurídica de associação de empresas	4
19. Caução	4
20. Documentos de habilitação	4
21. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação	5
22. Despesas e encargos do concorrente	5
23. Legislação aplicável	5
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO	6
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO	9
ANEXO III - Modelo de Declaração de depósito bancário	11
ANEXO IV - Modelo de garantia bancária/seguro de caução	12

1. Identificação do Procedimento

Concurso Público com publicidade internacional n.º **CPI/1/17/DACPGP**.

2. Objeto do Procedimento

Locação de equipamentos destinados ao Mercado Municipal Temporário.

3. Entidade Adjudicante

Município de Braga.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Câmara Municipal, no exercício de competência própria definida pelo artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

5. Fundamentação da escolha do concurso público

Critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, alínea b), do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6. Acesso às peças do procedimento

As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas no seguinte endereço eletrónico: www.anogov.com.

7. Órgão competente para prestar esclarecimentos

Júri.

8. Preço base

1.084.080,00 €, não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

9. Preço da proposta anormalmente baixo

Preços das propostas iguais ou inferiores a 50% do preço base.

10. Documentos que constituem a proposta

- a) Declaração elaborada conforme o modelo constante do **Anexo I** do presente documento;
- b) Preço total e preço mensal, que não devem incluir o IVA;
- c) Documento onde constem os preços unitários de acordo com o quadro constante da cláusula 17.ª do caderno de encargos;
- d) Documentação que justifique o preço anormalmente baixo apresentado, quando aplicável.

11. Idioma dos documentos que constituem a proposta

Todos os documentos devem ser apresentados em Português.

12. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

13. Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às **18 horas do 40.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação**.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas¹.

14. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem

1. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: www.anogov.com.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

15. Prazo de manutenção das propostas

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até 66 dias úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

16. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério: do mais baixo preço.

2. Critérios de desempate

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:

- a) Preço unitário mais baixo apresentado para o **artigo 4.1** do quadro constante da cláusula 17.ª do caderno de encargos;
- b) Preço unitário mais baixo apresentado para o **artigo 3.1** do quadro constante da cláusula 17.ª do caderno de encargos;
- c) Se, efetuadas as operações indicadas na alínea anterior, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.

A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

¹ Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 63º do CCP).

17. Consultores e estudos de apoio à decisão

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

18. Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

19. Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no nº 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 5% do preço total do contrato deve ser prestada:
 - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pela entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante;
 - b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa de Concurso, que dele fazem parte integrante.
3. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar *[ou declaração de assunção de responsabilidade solidária]* emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.
4. O disposto nos números anteriores é aplicável:
 - a. Independentemente do preço contratual.

20. Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** do presente Programa de Concurso;
- b) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP;

- c) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a **impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP;
- d) **Registo criminal** do próprio, no caso de pessoas em nome individual, ou dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e i) do art.º 55.º do CCP;
- e) Documentos de habilitação previstos nos números 4 e 5 do artigo 81.º do CCP, quando for o caso;
- f) Cópia da **certidão do registo comercial** ou código de acesso à certidão permanente.

21. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

- 1. O adjudicatário deve apresentar os documentos no prazo máximo de **10 dias** após a notificação da adjudicação.
- 2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, deve ocorrer no prazo de 3 dias.
- 3. A audiência prévia do adjudicatário relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 5 dias.

22. Despesas e encargos do concorrente

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

23. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), e restante legislação aplicável.

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a), n.º 1 do art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽²⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽³⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽⁴⁾:
 - a.
 - b.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁶⁾] ⁽⁷⁾;
 - c. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁹⁾] ⁽¹⁰⁾;

⁽²⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽³⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽⁴⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁵⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

⁽⁶⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

⁽⁷⁾ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva

⁽⁸⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

⁽⁹⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

⁽¹⁰⁾ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva

- d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹¹⁾;
 - e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹²⁾;
 - f. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código.
 - g. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;
 - h. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;
 - i. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1.º do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo

⁽¹¹⁾ Declarar consoante a situação

⁽¹²⁾ Declarar consoante a situação

⁽¹³⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória

⁽¹⁴⁾ Declarar consoante a situação

⁽¹⁵⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação

⁽¹⁶⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação

⁽¹⁷⁾ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva

456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura ⁽¹⁸⁾].

⁽¹⁸⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de
(¹⁹) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada
(²⁰):
 - a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (²¹) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (²²)] (²³);
 - c. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;
 - d. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho(²⁴);
 - e. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (²⁵);
 - f. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (²⁶)] os documentos comprovativos de que a sua representada (²⁷) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do

(¹⁹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²⁰) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(²¹) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(²²) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(²³) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(²⁴) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(²⁵) Declarar consoante a situação.

(²⁶) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(²⁷) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura ⁽²⁸⁾]

⁽²⁸⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - Modelo de Declaração de depósito bancário

Para os devidos efeitos, _____ (sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária), declara que _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ (identificação do procedimento).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante).

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO IV - Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

CADERNO DE ENCARGOS**LOCAÇÃO DE BENS****Índice**

PARTE I – Cláusulas Gerais	2
1. ^a Objeto	2
2. ^a Prazo do contrato	2
3. ^a Obrigações principais do adjudicatário	2
4. ^a Preço contratual	2
5. ^a Condições de pagamento	3
6. ^a Penalidades contratuais	3
7. ^a Dever de sigilo	4
8. ^a Força maior	4
9. ^a Resolução por parte da entidade adjudicante	5
10. ^a Resolução por parte do adjudicatário	5
11. ^a Foro competente	5
12. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual	5
13. ^a Comunicações e notificações	5
14. ^a Local e condições de entrega dos bens	5
15. ^a Contagem dos prazos	6
16. ^a Legislação aplicável	6
PARTE II - Cláusulas Especiais	7
17. ^a Especificações técnicas	7

PARTE I – Cláusulas Gerais

1.ª Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a locação de equipamentos destinados ao Mercado Municipal Temporário.
 2. O objeto do contrato abrange ainda a instalação de todos os equipamentos.
-

2.ª Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **12 (doze) meses**, ou até ser atingido o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
 2. O contrato termina atingido o prazo referido na cláusula anterior ou atingido o valor previsto no n.º 2 da Cláusula 4.ª do presente caderno de encargos.
 3. O contrato, independentemente do prazo de vigência, não pode produzir quaisquer efeitos antes do visto ou da declaração de conformidade, nos termos do disposto no n.º 4, do art.º 45.º, da Lei n.º 98/97, de 26.08, alterada pela Lei n.º 61/2011, de 07.12.
-

3.ª Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de instalação de todos os equipamentos constates a cláusula 17.ª do presente caderno de encargos, e de acordo com as respetivas localizações definidas nas Plantas em Anexo ao presente caderno de encargos.
-

4.ª Preço contratual

1. Pela disponibilização dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário os preços mensais constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O somatório das quantias a pagar ao fornecedor **não pode, em qualquer caso, ser superior a 1.084.080,00 €** (valor sem IVA).
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5.ª Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela Divisão de Contabilidade, Planeamento e Controlo de Gestão, sita no Edifício dos Paços do Concelho – Praça Municipal, 4700-435 Braga, das respetivas faturas emitidas nos termos do artigo 36.º do CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços, nos termos do artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida mensalmente.
3. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
4. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga – Divisão de Estudos e Projetos Municipais, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º de contrato/ref.ª do procedimento e o respetivo número de compromisso.

6.ª Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de disponibilização dos bens objeto do contrato, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

7.ª Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

8.ª Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

9.ª Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido ao número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

10.ª Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

11.ª Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

12.ª Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

13.ª Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

14.ª Local e condições de entrega dos bens

Os bens objeto do contrato devem ser entregues/disponibilizados nos locais definidos no Anexo ... do presente caderno de encargos.

15.ª Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, e nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP.

16.ª Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

PARTE II - Cláusulas Especiais
17.ª Especificações técnicas

Com o presente contrato pretende-se a locação dos equipamentos, de acordo com as características e quantidades descritas infra.

Item	Descrição	Medidas	M ²	Qtd
1	Tendas Tendas em estrutura metálica de alumínio extrudido anodizado liga ENAW 6005 com cobertura e laterais em lonas brancas opacas em poliéster de alta tenacidade, revestidas a pvc em ambas as faces ou material idêntico, com formato 2 águas, classificação de resistência ao fogo M2, impermeáveis e resistentes a ventos fortes segundo as normas da CE Caleiros de união entre as tendas Colocação de tetos anti condensação			
1.1	Tenda A (Hortofrutícolas) c/ 3 pórticos	15x65	975	
1.2	Tenda B (Talhos)	12,5x20	250	
1.3	Tenda C (Peixaria) c/ 4 pórticos	8x37,5	300	
1.4	Tenda D (Café/Padaria)	12,5x12,5	156,25	
1.5	Tenda E (Diversos)	8x20	160	
1.6	Tenda F (Floristas/Prod. Alimentares) com lateral de 25m em lona cristal	20x25	500	
2	Tendas Cónicas Tendas em estrutura metálica de alumínio extrudido anodizado liga ENAW 6005 com cobertura e laterais em lonas brancas opacas em poliéster de alta tenacidade, revestidas a pvc em ambas as faces ou material idêntico, com formato cónico, classificação de resistência ao fogo M2, impermeáveis e resistentes a ventos fortes segundo as normas da CE Caleiros de união entre as tendas			
2.1	Tendas G - Cónicas 3x3 com piso de estrado			36
2.2	Tendas G - área lixo			3
3	Piso			
3.1	Estrado metal regulável em altura com placas de contraplacado marítimo antiderrapante com necessidade de nivelamento		2341,3	
3.2	Pavimento em linóleo 2,50mm de espessura aplicado sobre suporte, em rolo de 2 metros de largura nas tendas B e C		550	
4	Equipamentos/Estruturas - Tenda A			
4.1	<u>Expositor 1</u> cfr desenho em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	2x2,5		62
4.2	<u>Expositor 2</u> cfr desenho em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	3x2,5		20



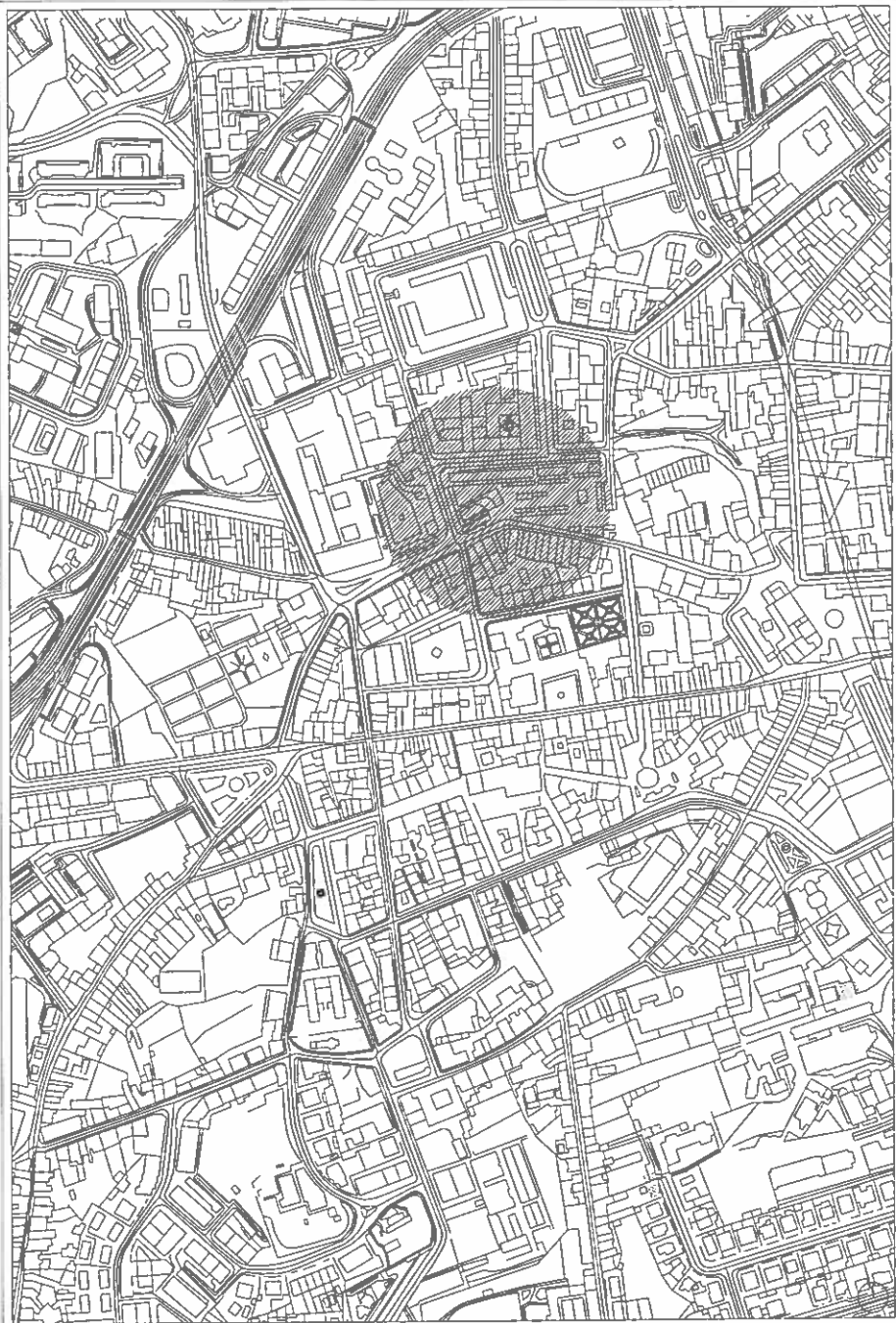
4.3	Expositor 3 cfr desenho em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	4,5x2,5		1
4.4	Arrecadação com paredes placas de 8mm em melamina, e porta de acesso	2x2,5		1
4.5	Arrecadação para contentores do lixo e porta de acesso	2x2,5		1
4.6	Frente para arrecadação geral com duas portas de acesso	2,5x2,5		1
4.7	Pios-lava mãos em inox 40x40 com pedal, munidos de saboneteira e papeleira			12
4.8	Conduta em chapa de ferro de 1,5mm para condução do CO2 da grelha do parque de estacionamento existente no subsolo	5,00x0,50x7,00		1
4.9	<u>Câmara Frigorífica Modular</u> - DIM INTERIOR: 2800 x 2800 x 2400 mm com 1 Porta Pivotante 800x2000 mm; Acessórios de Montagem; com solo; Com Perfil de Ventilação; Painel revestido em chapa lacada ral 9002; Espessura de 60 mm; Grupo sistema de frio; Evaporador; Quadro elétrico de comando com controlador digital AKO	2,80x2,80x2,40		4
5 Equipamentos/Estruturas - Tenda B				
5.1	Espaços delimitados com paredes em placa 8mm em melamina e sanca com identificação do vendedor	4,0x2,0x2,5		15
5.2	Vitrine frigorífica expositora com 1 Prateleira intermédia, grelhas de exposição e câmara de reserva; largura máxima de 1,50m, pés elevados em inox; vidro frontal temperado			15
5.3	Cepo de Corte com Estrutura reforçada em INOX, Tampo de Rilene 60 mm e Pés de Borracha	0,8x0,6x0,85		15
5.4	Bancada de Apoio com estrutura em INOX AISI 304, Alçado de 200mm; 1 Prateleira; Cuba 400X400X250 mm; Kit de pedal	2,00x0,60x0,90		15
5.5	Ganchos com suporte para colocação de carne			90
5.6	Grelhas pavimento em chapa galvanizada com 20 cm	15 ml		1
6 Equipamentos/Estruturas - Tenda C				
6.1	<u>Câmara Frigorífica Modular</u> - DIM INTERIOR: 2800 x 2800 x 2400 mm com 1 Porta Pivotante 800x2000 mm; Acessórios de Montagem; com solo; Com Perfil de Ventilação; Painel revestido em chapa lacada ral 9002; Espessura de 60 mm; Grupo sistema de frio; Evaporador; Quadro elétrico de comando com controlador digital AKO	2,80x2,80x2,40		4
6.2	Máquinas Gelo em flocos com capacidade para 510 kg/24h	0,56x0,56x0,68		2
6.3	Depósito Gelo c/capacidade para 350 kg	1,25x0,79x1,00		2
6.4	Armazém com paredes placas melamina e porta de acesso	7,0x3,5x2,5		1
6.5	Arrecadação com paredes em placas de 8mm em melamina, e porta de acesso	2,5x6,0x2,5		1
6.6	Contentor Balneário (1 Feminino e 1 Masculino) completamente equipados, com rede de abastecimento, esgotos, eletricidade	4,0x2,44		2




6.7	Módulos Cacifos duplos, metálicos em estrutura monobloco em chapa de aço com grelha de ventilação e portas com fechadura	0,30x0,50x1.90		20
6.8	Grelhas pavimento em chapa galvanizada com 20 cm	8,4 ml		1
6.9	Grelhas pavimento em chapa galvanizada	19,8 ml		2
6.10	Conduta em chapa de ferro de 1,5mm para condução do CO2 da grelha do parque de estacionamento existente no subsolo	1,00x0,75x6,00		3
7 Equipamentos/Estruturas - Tenda D				
7.1	<u>Expositor 4</u> - Padarias cfr desenho, em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	1,50x2,50x2,50		9
7.2	Balcão em inox refrigerado com 4 portas	2,20X0,60X0,85		1
7.3	Contentor marítimo para cozinha exterior com divisória interior	6,0x2,44		1
7.4	Escaparate em inox com balcão, duas prateleiras em inox, 4 portas de correr, roda mão com 15cm, lavatório de pedal	4,00x0,70x0,90		1
7.5	Estrutura com duas prateleiras em vidro temperado (h= 1.60m a 2,00m)	4,00x0,30		1
7.6	Pios-lava mãos em inox 40x40 com pedal, munidos de saboneteira e papelera			3
8 Equipamentos/Estruturas - Tenda E				
8.1	<u>Câmara Frigorífica Modular</u> - DIM INTERIOR: 2800 x 2800 x 2400 mm com 1 Porta Pivotante 800x2000 mm; Acessórios de Montagem; com solo; Com Perfil de Ventilação; Painei revestido em chapa lacada ral 9002; Espessura de 60 mm; Grupo sistema de frio; Evaporador	2,80x2,80		5
8.2	Cepo de Corte com Estrutura reforçada em INOX, Tampo de Rilene 60 mm e Pés de Borracha	0,8x0,6x0,85		2
8.3	Gabinete em placas de 8mm em melamina com porta	2,50x2,50x2,50		3
8.4	<u>Zona desmanche</u> em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	3,00x2,50x2,50		1
8.5	Contentor sanitário (1 Feminino e 1 Masculino) completamente equipados, com rede de abastecimento, esgotos, eletricidade	4,00x2,44		2
8.6	Contentor sanitário mobilidade reduzida completamente equipado, com rede de abastecimento, esgotos, eletricidade	2,00x2,44		1
9 Equipamentos/Estruturas - Tenda F				
9.1	<u>Expositor 5 - Floristas</u> em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	2,00x2,50x2,50		8
9.2	<u>Expositor 6 - Floristas</u> em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	4,50x2,50x2,50		2
9.3	<u>Expositor 7 - Floristas</u> em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	6,50x2,50x2,50		2
9.4	<u>Expositor 8 - P. alimentares</u> em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	2,00x2,50x2,50		5
9.5	<u>Expositor 9 - P. alimentares</u> em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	4,50x2,50x2,50		2

9.6	Expositor 10 - P. alimentares em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	6,50x2,50x2,50		1
9.7	Expositor 11 - Vários em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	2,00x2,50x2,50		2
9.8	Expositor 12 - Vários em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	6,50x2,50x2,50		2
9.9	Zona Sapateiro - Área delimitada por paredes em placas de 8mm em melamina, com teto. Vidro (h=1,00m a 2,00m) na frente virada ao público.	7,50x4,50x2,50		1
9.10	Zona Armazém com paredes placas melamina 8mm esp e porta de acesso	2,00x3,50x2,50		2
9.11	Zona Armazém com paredes placas melamina 8mm esp e porta de acesso	5,00x2,50x2,50		1
9.12	Gabinets com paredes placas melamina 8mm esp e porta de acesso	2,00x3,50x2,50		2
9.13	Arca congeladora com duas tampas de correr em vidro temperado; volume útil de 185L			3
9.14	Câmara Frigorífica Modular - DIM INTERIOR: 2800 x 2800 x 2400 mm com 1 Porta Pivotante 800x2000 mm; Acessórios de Montagem; com solo; Com Perfil de Ventilação; Pannel revestido em chapa lacada ral 9002; Espessura de 60 mm; Grupo sistema de frio; Evaporador			1
9.15	Vitrine frigorífica expositora com 1 Prateleira intermédia, grelhas de exposição e câmara de reserva; largura máxima de 1,50m, pés elevados em inox; vidro frontal temperado			6
9.16	Contentor sanitário mobilidade reduzida completamente equipado, com rede de abastecimento, esgotos, eletricidade	2,00x2,44		2
9.17	Zona Sapateiro - móvel com 5 prateleiras cfr desenho em estrutura de alumínio de placas de 8mm em melamina	5,00x0,40x2,50		2
9.18	Pios-lava mãos em inox 40x40 com pedal, munidos de saboneteira e papeleira			4
10 Equipamentos Diversos				
10.1	Portas de vidro (10mm) automáticas com vão livre de 1940x3000mm colocadas na entrada das tendas			9
10.2	Portas abertura manual e barra anti-pânico			
10.2.1	Porta com folha de 90cm, normalizadas a 2.00m de altura			3
10.2.2	Porta dupla com folhas de 80cm, normalizadas a 2.00m de altura			6
10.3	Rampas em chapa de alumínio antiderrapante, cfr planta de arquitetura, de acesso na entrada das tendas cfr planta			16
10.4	Pórtico entrada com estrutura modular em tubo de ferro galvanizado revestida com lona poliéster micro perfurada e impressão digital	15,00x2,50x8,00		1
10.5	Identificação exterior das tendas com nome do sector			6
10.6	Porta corta fogo 30C - com 90cm na ligação da tenda D para o contentor cozinha			1

ANEXOS – PLANTAS



D E P M - DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS MUNICIPAIS			
	Elaborado por:	Projeto:	01 00
	Revisado por:	Localização:	ARQUITETURA
	Data:	PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	1/5000



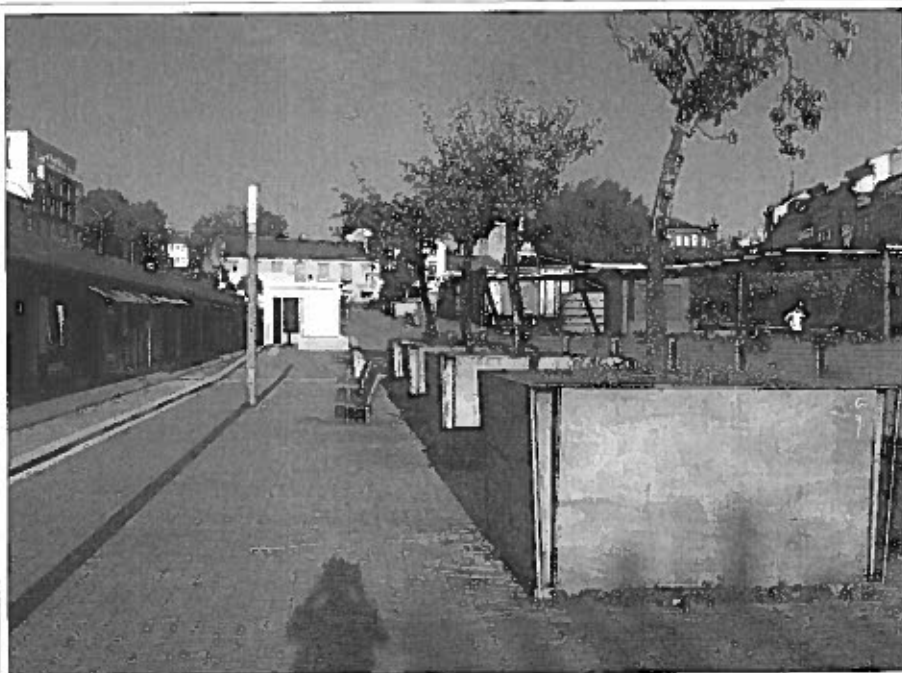
D E P M - DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS MUNICIPAIS



Elaborado (Serviço):
Nuno Azevedo - A.T.
Setembro 2017

União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João de Souto
Locação e instalação de equipamentos destinados ao Mercado Temporário
REGISTO FOTOGRÁFICO

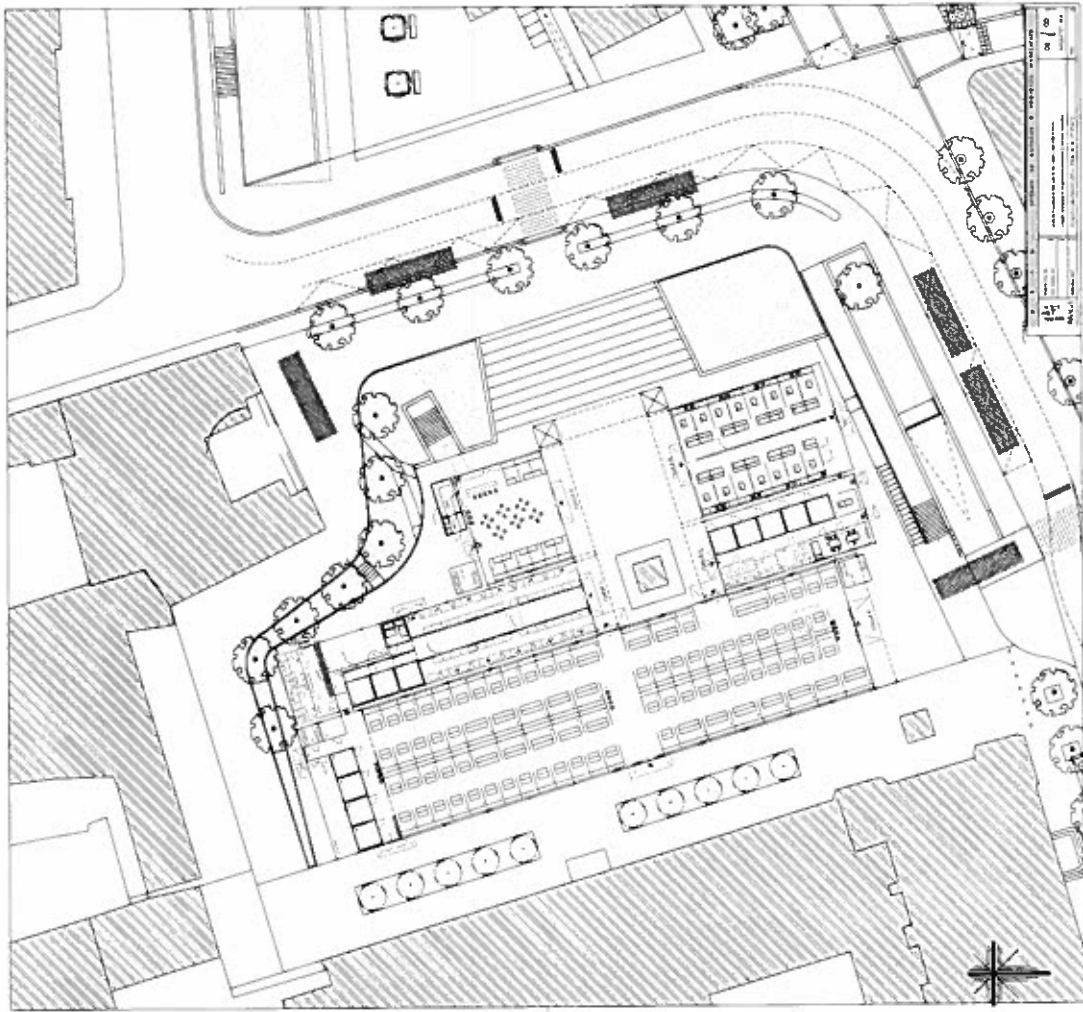
02 00
ARQUITETURA



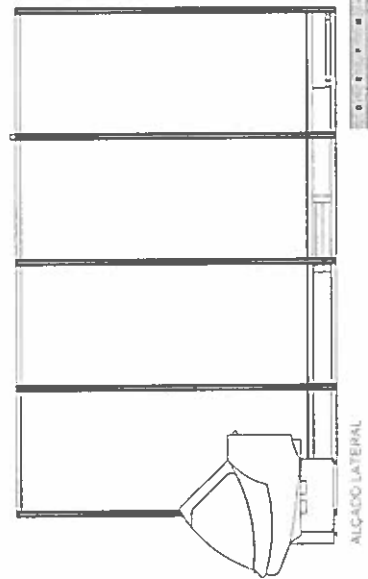
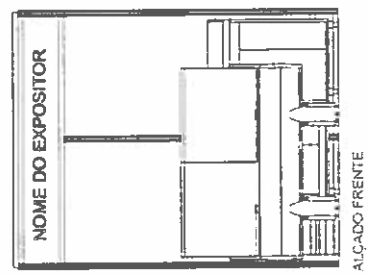
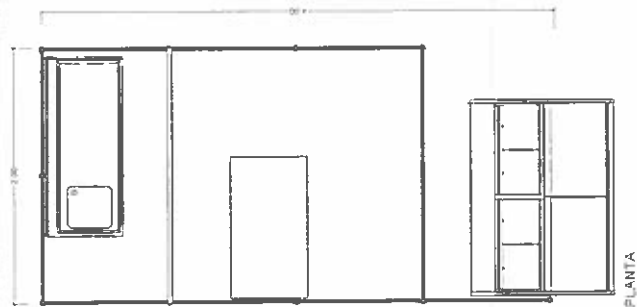
D E P M - DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS MUNICIPAIS			
 BRAGA	D. Helder Silva, Arq. Muro Almeida, Arq.	UNED de Freguesias de São João de São Lázaro e São João de Souto Localização e instalação de equipamentos destinados ao Mercado Temporário	03 00 ARQUITETURA
	Setembro 2017	REGISTO FOTOGRÁFICO	



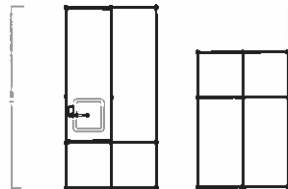
D E P M - DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS MUNICIPAIS			
	Elaborado Por: Arq.	União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Sul	04
	Revisado Por: Arq.		00
	Setembro 2017	Localização e instalação de equipamentos destinados ao Mercado Temporário	ARQUITETURA
REGISTO FOTOGRÁFICO			11



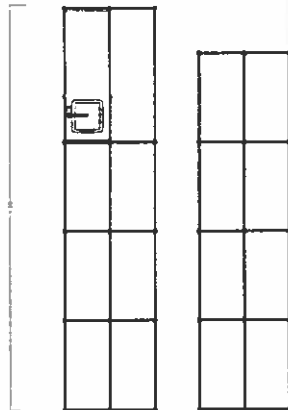


[illegible]

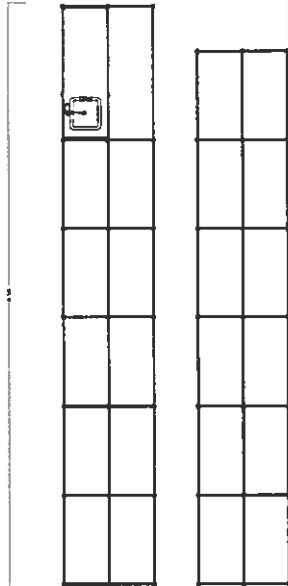
[illegible]



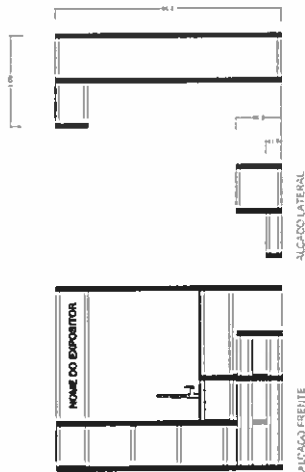
PLANTA



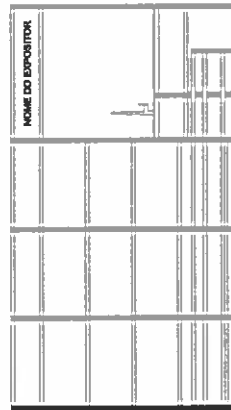
PLANTA



PLANTA



ALÇADA LATERAL



ALÇADA FRENTE



ALÇADA FRENTE

91 - EXPOSITO 5

92 - EXPOSITO 6

93 - EXPOSITO 7

FOLHA Nº 01 DE 01		TÍTULO: PROJETO DE EXPOSITO 5, 6, 7	
AUTOR: []		PROFESSOR: []	
DATA: []		LUGAR: []	
ESCALA: []		MATERIAL: []	
FOLHA Nº 01 DE 01		TÍTULO: PROJETO DE EXPOSITO 5, 6, 7	

PLANTA A

P. ALTA

PLANTA

9.4 - EXPOSITOIR 8

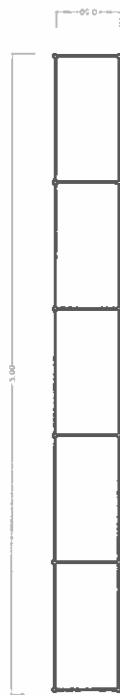
9.4 - EXPOSITOIR 9

9.5 - EXPOSITOIR 10

9.4 - EXPOSITOIR 8

9.4 - EXPOSITOIR 9

9.5 - EXPOSITOIR 10



PLANTA

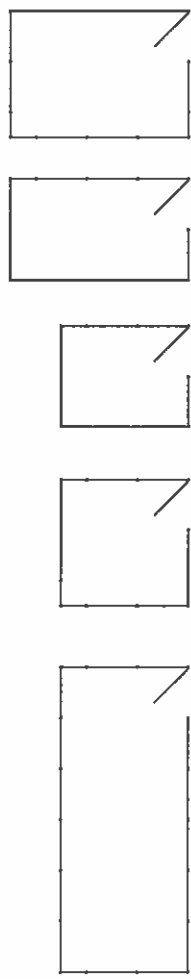


ALCADO FRENTE

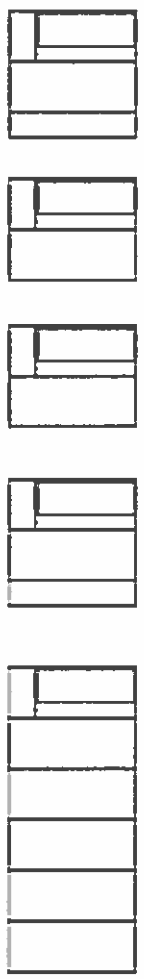


ALÇANTO LATERAL

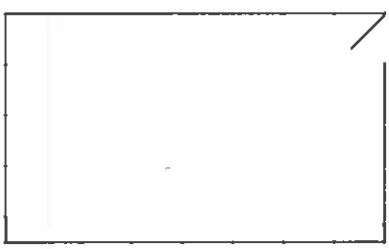
[illegible]



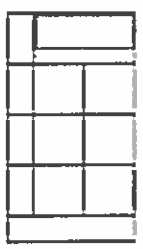
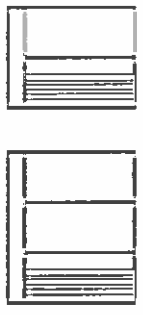
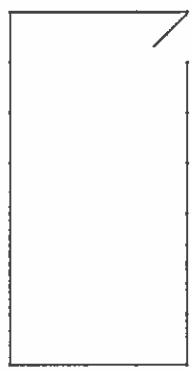
PLANTAS



ALÇAOS



PLANTAS



ALÇAOS

PARECERES/INFORMAÇÕES

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Ricardo Rio

INFORMAÇÃO N.º : DCPCG037

DATA: 2017/09/20

ASSUNTO:

Informação de Cabimento Prévio Quando os Encargos Decorrem por Conta do Próximo Ano Económico – Locação de equipamentos destinados ao mercado municipal – CPI/1/17/DACPGP.

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Considerando que o encargo orçamental associado ao procedimento de contratação melhor identificado em epígrafe decorre por conta do próximo ano económico (Orçamento para 2018), propõe-se a dispensa da apresentação da informação de cabimento relativo ao procedimento de despesa mencionado, no montante de 1.333.418,40€, atestando para o efeito que, os encargos associados ao contrato a celebrar serão suportados pelo orçamento de 2018, através da rubrica "06.020208 – Locação de outros bens".

À Consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,



Sândio Louro

REQ. INTER: 6833/2017

Serviço Requiritante: 63 Div. Estudos Projetos Municipais
Organica: 06 Urbanismo, Ordenamento e Planeamento
Económica: 020208 Locação de outros bens
GOP:

N.Seq.: 20710

Orçamento

Dotação disponível: 93 728,00
Cabimentado: 91 212,25
Saldo: 2 515,75

Dependente de: Pedido n. 7051/2017 referente a RI n. 6833/2017

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		
20/09/2017	16023	0,62				0,62	Locação Equip. Mercado Municipal, CPI/1/17/DACPGP